



REFLEXÕES ACERCA DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR

Elisângela Aparecida de Assis¹
Mariane Ocanha²

RESUMO

O ingresso crescente de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas instituições de ensino superior (IES), tem sido tema de artigos científicos. Este fato é decorrente da existência de leis e ações que são desenvolvidas para a inclusão desses estudantes, porém há indícios de que a exclusão ainda ultrapassa a inclusão. Dessa forma, buscamos investigar trabalhos que trouxeram a presença de estudantes com TEA no ensino superior, promovendo reflexões baseadas nas realidades relatadas por esses autores. Trata-se de um trabalho com abordagem qualitativa, visto que os dados a serem analisados são descritivos e a metodologia adotada foi a análise textual discursiva. Para atender ao objetivo, foram lidos integralmente nove artigos, que forneceram informações sobre os processos de inclusão, de aprendizagem e sobre as dificuldades enfrentadas por esses estudantes, o que originou as categorias a serem discutidas. No alcance dos principais resultados inferimos a necessidade do posicionamento das IES frente a demanda da educação inclusiva e a importância de serem levadas em consideração as individualidades de cada aluno. Esperamos com as reflexões aqui propostas incentivar a realização de novas pesquisas na área, além de possibilitar a educadores e outros profissionais das IES terem um novo olhar para seus alunos, promovendo uma verdadeira inclusão.

Palavras-chave: Autismo, Ensino Superior, Inclusão.

INTRODUÇÃO

Discutir sobre inclusão perante uma sociedade tão diversa como a que vivemos atualmente, torna-se extremamente necessário. Para Figueira (2011)

a educação inclusiva contrapõe-se a todo e qualquer tipo de discriminação e, nessa perspectiva, a escola precisa rever todos os seus conceitos, em busca de uma educação que respeite a heterogeneidade. Essa tarefa não é nada fácil para uma instituição que se acostumou à padronização, que excluiu de seu espaço qualquer forma de diversidade (*apud* ARAUJO, 2019, não p.).

¹ Pós-graduanda do Curso de Especialização em Ciências da Natureza e Matemática do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – IFMS, elisangelaemalu@hotmail.com.

² Doutoranda do Curso de Pós-graduação em Ensino de Ciências da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS e Professora do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul - IFMS, mariane.ocanha@ifms.edu.br.



Um dos pilares da educação inclusiva é o atendimento educacional especializado. O mesmo caracteriza-se como: “uma ação do sistema de ensino no sentido de acolher a diversidade ao longo do processo educativo, constituindo-se num serviço disponibilizado pela escola para oferecer o suporte necessário às necessidades educacionais especiais dos alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento” (ALVES *et al.*, 2006, p. 15).

O diagnóstico precoce e o tratamento adequado são imprescindíveis para o desenvolvimento da criança que apresente alguma necessidade educacional específica e para o direcionamento de seu ensino e aprendizagem. Esse diagnóstico deve ser feito por uma equipe multidisciplinar. Silva e Mulick (2009) afirmam que “quanto mais cedo esses sintomas forem identificados, maiores as chances de a criança receber intervenções adequadas e exibir progressos desenvolvimentais mais significativos e duradouros” (p. 123). Nesse trabalho, trataremos de forma mais específica do autismo.

Atualmente, o DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – 5ª edição) apresentou uma modificação na nomenclatura do termo autismo, substituindo-o por TEA (Transtorno do Espectro Autista), visando assim facilitar o diagnóstico que até então possuía classificações muito complexas. Vamos utilizar a partir de agora, essa classificação dada pelo DSM-5.

O TEA engloba várias características e situações muito diferentes umas das outras, em uma progressão que vai da mais leve à mais grave. É classificado como um transtorno invasivo do desenvolvimento, cujas características diagnósticas trazidas pelo DSM-5 são identificadas no prejuízo persistente na comunicação social recíproca e interação social (Critério A do DSM-5), padrões de comportamentos, interesses ou atividades restritos e repetitivos (Critério B do DSM-5), sintomas estes presentes no início da infância, limitando e prejudicando a rotina diária.

Uma legislação específica, que trata do TEA, foi sancionada em 2012. Trata-se da lei nº 12.764/12, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a qual diz que a pessoa com TEA é considerada pessoa com deficiência, em termos legais (BRASIL, 2012). Rocha *et al.* (2018) traz que essa lei é chamada de “Lei Berenice Piana – em referência a mãe de um autista militante na aprovação do código” (p. 141).

A pessoa com TEA, amparada pelas legislações, deve ser inserida na escola regular e possui direito ao atendimento educacional especializado inclusive no ensino



superior. Algumas estratégias para a inclusão são de extrema importância para os processos de ensino e aprendizagem. Avaliações diferenciadas, apoio no contra turno com professor especializado em educação especial e acesso a tecnologias assistivas são algumas delas (FERRARI, 2016).

Com a recente Lei n.º 13.409, de dezembro de 2016, que prevê cotas para pessoas com deficiência em instituições federais de ensino técnico e superior (BRASIL, 2016), observa-se um crescimento do número de matrículas de alunos com TEA. Ao ingressar no ensino superior, os alunos deparam-se com algumas dificuldades, como a mudança de rotina e a compreensão de termos técnicos que fazem parte do seu curso.

Com base no que foi exposto, o objetivo aqui presente é o de investigar artigos científicos que trouxeram a presença de estudantes com TEA no ensino superior, promovendo reflexões baseadas nas realidades relatadas por esses autores. Trata-se de um trabalho com abordagem qualitativa, visto que os dados analisados são descritivos e a metodologia adotada foi a análise textual discursiva, conforme proposta por Moraes (2003).

Para atender ao objetivo, iniciamos por meio da análise de artigos científicos existentes abordando a temática citada, o que decorreu em um total de nove trabalhos, que foram integralmente lidos. Buscamos, com essa leitura, encontrar aproximações, que pudessem contribuir na construção de reflexões e como resultado obtivemos as categorias: inclusão, aprendizagem e dificuldades.

A observação dessas categorias trouxe indícios de como ocorrem o processo de inclusão, o amparo diante das dificuldades e o processo de aprendizagem dos estudantes com TEA. Foi possível concluir, dentre outras coisas, que apesar da existência de leis e ações que são desenvolvidas para a inclusão desses estudantes, ainda há indícios de que a exclusão ultrapassa a inclusão. Fato este, evidenciado nos dados apresentados pelos autores dos artigos investigados.

Também houveram indícios da importância do posicionamento das IES frente as mudanças necessárias para que as práticas inclusivas de fato ocorram, prezando não só por ações pedagógicas, mas também humanas, desenvolvendo principalmente a empatia e a forma de olhar o outro. Se desejamos um mundo mais igualitário precisamos desconstruir os nossos “pré-conceitos” aceitando que não há nada de errado em ser diferente. Desta forma alcançaremos a tão almejada inclusão.

METODOLOGIA

Para atender ao objetivo desse trabalho, foram pesquisados inicialmente artigos acadêmicos que trouxessem em seu desenvolvimento percepções, relatos ou reflexões sobre a presença de autistas no ensino superior. Para essa busca, foram utilizados o Google acadêmico e o portal de periódicos CAPES/MEC. Foi feita a coleta e organização dos dados e foi utilizada a análise textual discursiva.

As palavras-chave usadas para pesquisa foram: autista, ensino superior e inclusão. Inicialmente, foram pré-selecionados 15 trabalhos. Foram lidos seus resumos e buscou-se selecionar aqueles que melhor se enquadravam ao objetivo aqui proposto. Dessa forma, restaram nove trabalhos que foram lidos integralmente, seus objetivos foram destacados e estão apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Identificação dos trabalhos analisados e seus respectivos objetivos.

Título do Trabalho	Objetivo
A INCLUSÃO DE PESSOAS COM AUTISMO NO ENSINO SUPERIOR: PERCEPÇÕES DISCENTES SOBRE O INGRESSO À UNIVERSIDADE	“Analisar as percepções de uma discente com autismo sobre sua inclusão na universidade” (BARBOSA, GOMES, 2019, não p.).
UMA ABORDAGEM SOBRE A INCLUSÃO DO AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR	“(…) pensar no atual contexto educacional brasileiro, tendo a Instituição do Ensino Superior – IES como campo investigativo” (SANTOS, 2019, p. 75).
RELATO DE EXPERIÊNCIA DA FORMAÇÃO DE UM ALUNO AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR	“Os objetivos fundamentais desta pesquisa será o relato da evolução e acompanhamento na formação acadêmica no Ensino Superior de um jovem aluno com Transtorno do Espectro Autista” (PEREIRA, GIMENEZ, 2019, p. 259).
PROCESSO DE INCLUSÃO DO ADULTO COM SÍNDROME DE ASPERGER NO ENSINO SUPERIOR	“Compreender o processo de inclusão de alunos com Síndrome de Asperger (SA) no ensino superior por meio da perspectiva do próprio aluno, sua família e dos profissionais da IES que o acompanham, como os seus professores, assistente social e psicóloga” (COSTA, MARIN, 2017, p. 258).
A PERCEPÇÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)	“Analisar a percepção de um aluno autista sobre o seu processo de inclusão na UFG” (OLIVEIRA, ABREU, 2019, p. 71).
UNIVERSITÁRIOS AUTISTAS: CONSIDERAÇÕES SOBRE A INCLUSÃO DE PESSOAS COM T.E.A NAS IES E SOBRE A FIGURA DO DOCENTE NESSE PROCESSO	“Contribuir na construção de reflexões sobre o processo de inclusão do indivíduo com TEA no Ensino Superior e sobre a imprescindibilidade da figura do professor nesse transcurso” (ROCHA, <i>et al.</i> , 2018, p. 142).

A INSERÇÃO DO AUTISTA NO MEIO ACADÊMICO E PROFISSIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	“Demonstrar as dificuldades encaradas pelo autista na sua inserção na sociedade acadêmica e profissional” (COSTA, NAKANDAKARE, PAULINO, 2018, p. 2).
PERFIL ACADÊMICO DOS ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA MATRICULADOS NO ENSINO SUPERIOR	“Mapear o perfil socioacadêmico desses estudantes, matriculados no ensino superior em 2016, em universidades brasileiras” (SILVA, <i>et al.</i> , 2019, não p.).
CONSULTORIA COLABORATIVA NO ENSINO SUPERIOR, TENDO POR FOCO UM ESTUDANTE COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	“Apresentar um relato de caso, descrevendo os procedimentos de uma consultoria colaborativa no ensino superior, tendo por foco um estudante com TEA” (DONATI, CAPELLINI, 2018, p. 1461).

Fonte: Construído pelas autoras.

Ao realizar a leitura dos trabalhos identificados, surgiram as categorias: inclusão, aprendizagem e dificuldades, que serão discutidas no tópico seguinte. Buscamos, dessa forma, investigar a presença do processo de inclusão, na percepção dos autores. Em alguns dos trabalhos, a questão da inclusão do aluno com TEA no ensino superior já aparece explícita na descrição dos seus objetivos, em outros, essa questão aparece no decorrer do texto.

Outros pontos importantes, que foram identificados durante a análise dos artigos e devem ser discutidos, são as dificuldades enfrentadas por estes alunos no dia a dia como acadêmicos, salientando que algumas dificuldades vivenciadas nesse período são diretamente relacionadas às limitações do próprio indivíduo com TEA como, por exemplo, suas dificuldades de comportamento, eximindo de responsabilidades o sistema educacional diante das dificuldades e frustração deste período.

Acrescenta-se a isto o processo de aprendizagem encontrado e relatado pelos autores, o que permitiu uma reflexão sobre o atual cenário do ensino superior, enfatizando que ao tratarmos da inclusão de estudantes com TEA, cada caso é único, com suas necessidades individuais, que devem ser avaliadas e trabalhadas conforme as suas demandas e potencialidades individuais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Buscamos reunir, em um único estudo, contribuições presentes em nove artigos, de forma interpretativa e reflexiva, categorizando os dados, conforme já mencionado. Embora sejam três categorias apresentadas de maneira distinta, ressalta-se que todas estão interligadas e por isso podem ter características e recortes em comum.



O Quadro 2 apresenta essas categorias, evidenciando-as por meio de algumas citações retiradas dos trabalhos analisados.

Quadro 2 – Categorias e Citações.

Categorias	Citações
Inclusão	“(…) objetivando fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais, as quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão” (BRASIL, 2013, p. 3 <i>apud</i> OLIVEIRA, ABREU, 2019, p. 70).
	“Nota-se ainda que em vários momentos a exclusão se faz presente nas universidades que de maneira suposta se dizem inclusivas” (GOLDBERG, PINHEIRO, BOSA, 2005, não p. <i>apud</i> ROCHA <i>et al.</i> , 2018, p. 141).
	“(…), no entanto, embora a legislação tenha se adequado aos objetivos da educação inclusiva, a maior parte de nossos alunos permanece em ambientes de ensino segregado” (FERRARI, SEKKEL, 2007, p. 641 <i>apud</i> ROCHA <i>et al.</i> , 2018, p. 143).
	“(…) não se pode reformar a instituição sem uma prévia reforma das mentes, mas não se podem reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições” (MORIN, 2003, p. 99 <i>apud</i> ROCHA <i>et al.</i> , 2018, p. 148).
	“(…) Embora haja uma legislação específica que ampare o processo inclusivo de pessoas com deficiência e muitos avanços, no Brasil ainda se observam alguns desafios a serem transpostos” (DONATI, CAPELLINI, 2018, não p.).
	“(…) o debate atual sobre acessibilidade do autista nas diversas atividades sociais revela os diversos problemas enfrentados em seu cotidiano, notadamente, quando da sua inserção no mundo acadêmico” (COSTA, NAKANDAKARE, PAULINO, 2018, p. 3).
Aprendizagem	“(…) Tentei explicar-lhe que era impossível acompanhar o ritmo da classe, bem como de compreender o manual e que eu não fixava nada daquilo que lia, exceto os nomes sem significação” (WILLIAMS, 2012, p. 216 <i>apud</i> OLIVEIRA, ABREU, 2019, p. 71).
	“(…) conhecer bem os alunos implica interação e comunicação intensa com eles, uma observação constante de seus processos de aprendizagem e uma revisão da resposta educativa que lhes é oferecida” (COLL, 2004, p. 294 <i>apud</i> COSTA, MARIN, 2017, p. 272).
	“(…) aprendizagem é um processo de construção que se dá na interação permanente do sujeito com o meio que o cerca” (WEISS, 2004, p. 26 <i>apud</i> COSTA, MARIN, 2017, p. 263).
	“(…) é elementar que professores, alunos, coordenadores e diretores identifiquem e legitimem as diferenças em sala e envolvam-se na construção de condições efetivas de ensino e aprendizagem” (FERRARI, SEKKEL, 2007, não p. <i>apud</i> ROCHA <i>et al.</i> , 2018, p. 145).
	“(…) os professores devem considerar que não existe uma só maneira de ministrar e avaliar o processo de aprendizagem, buscando formas de diversificar o seu programa” (RODRIGUES, 2004, p. 3 <i>apud</i> COSTA, MARIN, 2017, p. 266).
Dificuldades	“(…) devido à rigidez de estilo e perspectiva diferente que tem do mundo, pois seus padrões de pensamento são técnicos e lógicos, seus interesses são específicos e possuem dificuldade para entender a linguagem e as emoções alheias” (WILLIAMS, WRIGHT, 2008, não p. <i>apud</i> COSTA, MARIN, 2017, p. 263).
	“(…), contudo, tem dificuldade de comunicação efetiva especialmente na utilização social da linguagem e na capacidade de transmitir e compreender o significado” (RODRIGUES, 2012, p. 30 <i>apud</i> COSTA, MARIN, 2017, p. 270).
	“(…) eu sofri bastante com ansiedade porque, na universidade, não há muito padrão em relação ao que esperar das aulas, cada professor tem métodos completamente diferentes um do outro, e as expectativas em relação a você nunca são completamente satisfeitas” (BARBOSA, GOMES, 2019, não p.).
	“(…) percebemos que ele tem dificuldade com a linguagem, comunicação e na compreensão dos assuntos que têm que ser abordados em algumas tarefas” (COSTA, MARIN, 2017, p. 270).



	“(…) além disso, há os ruídos da ligação, a obrigação de responder rapidamente, estímulos que ativam a sensibilidade sensorial do estudante no espectro. Assim, seria melhor entrar em contato conosco via e-mail ou uma mensagem de texto por WhatsApp” (OLIVEIRA, ABREU, 2019, p. 74).
	“(…) a minha maior queixa e dos meus colegas autistas da UFG é em relação ao trabalho em grupo. O trabalho em grupo incomoda, principalmente, pela falta de compromisso dos colegas” (OLIVEIRA, ABREU, 2019, p.81).
	“(…) sobre as barreiras enfrentadas por estudantes com TEA no ensino superior, alguns autores sugerem estratégias voltadas à acessibilidade – a adequação do espaço para atividades avaliativas, de acordo com as necessidades do estudante com TEA” (SILVA <i>et al.</i> , 2019, não p.).

Fonte: Construído pelas autoras.

Vamos começar pela categoria inclusão. Podemos observar que existem leis e ações que são desenvolvidas para esta finalidade e que são conhecidas pelos autores dos trabalhos analisados. Porém, encontra-se evidências de que a exclusão ainda ultrapassa a inclusão. Isso fica evidente a partir dos relatos dos participantes com deficiência, onde ratificam que o vestibular se concretiza como um obstáculo de acesso ao ensino superior, conforme citado por Silva *et al.* (2018).

Para acolher o estudante com autismo é indispensável a remoção das barreiras, principalmente a do preconceito, que infelizmente ainda se faz presente em nossa sociedade. Autistas moderados e severos são vistos como incapazes e os autistas leves passam despercebidos, muitas vezes tendo as suas particularidades comparadas e sentenciadas de forma descabida. Aceitar o estudante e suas diversidades é o primeiro passo para que a inclusão saia do papel e se concretize, compreendendo que não basta incluir, nem tão pouco molda-lo para que se enquadre a um perfil desejado.

Refletir acerca do assunto pode oportunizar essa inserção, a fim de que não seja apenas a ideia de uma simples matrícula, mas sim a permanência deste aluno, objetivando sua autonomia de forma que ele consiga se desenvolver, aprender e conquistar seu espaço na sociedade.

Relacionada à inclusão, está a aprendizagem, pois há indícios de que quanto melhor o nível de inclusão, melhor será o aprendizado do aluno com TEA. Analisando a categoria aprendizagem é possível perceber que a falta de empatia e inflexibilidade dos professores e membros da instituição (por muitas vezes não conhecerem o TEA) são alguns dos obstáculos enfrentados por esses estudantes, que podem dificultar assim o seu aprendizado. E tudo isso ocorre, porque são recebidos na IES sem planos de



acessibilidade pedagógica, não encontrando ações flexíveis e principalmente individualizadas que contribuam para a permanência dos mesmos.

O fato da aprendizagem sofrer interferência da falta ou precariedade no processo de inclusão gera dificuldades, última categoria a ser analisada. Na categoria dificuldades os relatos são diversificados. Sobre as barreiras enfrentadas no ensino superior, os autores preconizam algumas estratégias voltadas à acessibilidade.

Dentre essas estratégias estão: a adaptação do ambiente para atividades avaliativas, concordando com as necessidades do estudante com TEA; redução de acontecimentos imprevisíveis que tragam insegurança; o uso de materiais pedagógicos cabíveis ao seu aprendizado; o ensino organizado e com rotina; conformação na linguagem, estruturação e disponibilização das atividades pedagógicas; o acompanhamento e qualificação dos professores e funcionários das IES; a prática de atividades intentando ao desenvolvimento de habilidades sociais; o suporte necessário aos familiares e amigos para o envolvimento nas atividades acadêmicas dos estudantes; ou seja, um conjunto de procedimentos que objetivam à eliminação de preconceitos.

Além de relatos de autistas, encontramos também relatos de pais. Em um deles os pais relatam que perceberam uma mudança depois que o filho foi atendido pela assistente social e a psicóloga da IES, afirmando que o filho ficou mais tranquilo em relação aos estudos, e sabia onde buscar o serviço quando precisasse: “Nós já entramos em contato e consideramos importante esse trabalho, pois ajudaram muito meu filho a se tranquilizar em relação aos estudos” (COSTA, MARIN, 2017, p. 268).

É possível observar que o ensino universitário pode trazer a estes estudantes, exigências que comprometem questões emocionais e psicossociais, prejudicando o seu desempenho acadêmico e social. O que evidencia ainda mais a necessidade em se adaptar para acolher da melhor maneira possível as dificuldades desses discentes.

Para tanto, a compreensão e acolhimento dos professores e colegas é essencial para a permanência desses alunos nessas instituições. Dessa forma, compreende-se também a importância e urgência na formação dos estudantes universitários e dos docentes para que sejam capazes de olhar o outro e compreender as diferenças, dando lugar à parcialidade desse outro, para que as individualidades desses estudantes não sejam afetadas.



O conceito equivocado de que, se o autista não for severo, ele é um “gênio”, que não possui dificuldades e não precisa de suporte, dificultam a vida dos autistas. Cada um é diferente em suas limitações, muitos são questionados quanto ao seu diagnóstico, por levarem uma vida “normal”, mas é importante ter claro que todos precisam de apoio e acompanhamento individualizado.

Que as informações aqui contidas, nos façam refletir. Com o propósito de que o autismo não seja visto apenas como uma forma diferente de registrar informações, mas que seja compreendido e respeitado na sua totalidade. Dado que, o que mais separa um autista de ter uma vida “normal” é o preconceito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o propósito de compreender a realidade de estudantes com TEA no ensino superior, foram analisados nove artigos que trouxeram em seu desenvolvimento discussões sobre essa temática. Acreditamos que, a partir da análise dos trabalhos surgiram reflexões que podem levar a melhorias na vida acadêmica desses estudantes. Visto que, é na construção de reflexões que nos tornamos profissionais críticos e capazes de atuar perante as diferenças existentes, promovendo uma real inclusão.

Com relação a inclusão de estudantes com TEA no ensino superior, percebemos que seus direitos encontram-se amparados em leis. Sendo eles considerados, pelos termos legais, como pessoa com deficiência e, sendo assim, tendo assegurado dentre outros direitos, o direito a educação inclusiva, ou seja, a adequação da instituição às suas necessidades.

Quanto às dificuldades, para que sejam amenizadas, de forma que a aprendizagem ganhe qualidade e se torne eficaz, é imprescindível o acompanhamento educacional especializado, indiferente do nível do transtorno. Em relação ao processo de aprendizagem, é importante ainda salientar que, a formação continuada para o educador é muito importante, para que sua formação inicial seja atualizada e este capacitado para trabalhar com todos os seus alunos, inclusive os com TEA.

O êxito do processo de aprendizagem e da inclusão está ligado também à adaptação e apoio da instituição, que necessita de constantes transformações prezando



pela prática pedagógica e humana, desenvolvendo ainda a empatia. É importante o posicionamento das IES perante essa situação, compreendendo que, mesmo diante das limitações, suas estruturas devem ser flexíveis. Necessitam disponibilizar atendimento integral, que envolva além da área pedagógica, a área social e terapêutica.

Sabemos que no ensino superior, em muitos momentos a socialização é exigida, ao que se estende a trabalhos em grupos e seminários, o que para o estudante com TEA é angustiante. Para concluir, deixo aqui alguns questionamentos: será que isso realmente é tão importante? Define a inteligência do aluno? Somos únicos! E cada um possui suas habilidades!

Será que ao invés de incluir, não estamos tentando moldá-los? Infelizmente, a sociedade impõe padrões e precisamos desmistificar isso mostrando que a diversidade não se encaixa em estereótipos. Não se enquadra em uma forma, nem tão pouco no preconceito, pois ser diferente é o que nos torna únicos e especiais.

Esperamos que as reflexões aqui promovidas possam contribuir para a criação de novas pesquisas a fim de desenvolver o pensamento crítico sobre as diversidades, possibilidades e experiências de pessoas com TEA em contextos sociais e escolares. E ainda, motivar educadores e profissionais das IES a terem um novo olhar para seus alunos, em especial aos com TEA, para que tenham suas individualidades respeitadas, para que aconteça uma verdadeira inclusão, capaz de refletir na aprendizagem e romper com as dificuldades.

REFERÊNCIAS

ALVES, D. O. et al. **Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

ARAUJO, G. A. S. de M. **Breves considerações acerca do autismo e inclusão escolar**. Vetor Editora, 2019. Disponível em: < <https://blog.vetoreditora.com.br/breves-consideracoes-acerca-do-autismo-e-inclusao-escolar/>>. Acesso em: 10/03/2020.

BARBOSA, H. F.; GOMES, A. L. L.. A inclusão de pessoas com autismo no ensino superior: percepções discentes sobre o ingresso à universidade. In: **Anais VI CONEDU – Congresso Nacional de Educação**. Fortaleza-CE: Editora Realize, 2019.



BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm>. Acesso em: 10/03/2020.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113409.htm#:~:text=L13409&text=LEI%20N%C2%BA%2013.409%2C%20DE%2028,das%20institui%C3%A7%C3%B5es%20federais%20de%20ensino.>. Acesso em: 10/03/2020.

COSTA, A.; MARIN, A. H. Processo de inclusão do adulto com Síndrome de Asperger no ensino superior. **Barbarói**. Santa Cruz do Sul, n. 49, p. 258-285, jan./jun. 2017. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/6355>>. Acesso em: 15/04/2020.

COSTA, B. S.; NAKANDAKARE, E. B.; PAULINO, E. A inserção do autista no meio acadêmico e profissional de tecnologia da informação. **Revista Fatec Zona Sul**. v. 4, n. 4, 2018. Disponível em: <<http://revistarefas.com.br/index.php/RevFATECZS/article/view/190>>. Acesso em: 03/06/2020.

DONATI, G. C. F.; CAPELLINI, V. L. M. F. Consultoria colaborativa no ensino superior, tendo por foco um estudante com Transtorno do Espectro Autista. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**. Araraquara, v. 13, n. esp. 2, p. 1459-1470, set. 2018. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6683074>>. Acesso em: 17/05/2020.

FERRARI, J. B. Inclusão de um estudante autista no Ensino Superior, um relato de experiência na UFPR Litoral. In: **Anais VII Congresso Brasileiro de Educação Especial**. São Carlos, 2016.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico]: **DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <<http://www.niip.com.br/wp-content/uploads/2018/06/Manual-Diagnostico-e-Estatistico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5-1-pdf.pdf>>. Acesso em: 10/03/2020.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**. v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

OLIVEIRA, A. F. T. M.; ABREU, T. F. A percepção do aluno com transtorno do espectro autista sobre o processo de inclusão na Universidade Federal de Goiás (UFG). **Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**. v. 6, n. 2, p. 69-86, jul./dez. 2019. Disponível em: <<http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/8897>>. Acesso em: 10/03/2020.



PEREIRA, A; GIMENEZ, R. Relato de experiência da formação de um aluno autista no ensino superior. In: **Anais VIII Encontro de Políticas Públicas e Formação de Professores**. São Paulo-SP: Cruzeiro do Sul Educacional, 2019, p. 257-261. Disponível em: <https://noticias.cruzeirodosuleducacional.edu.br/wp-content/uploads/2019/09/FINAL_Anais-VIII-Encontro-de-Pol%C3%ADticas-P%C3%BAblicas-e-Forma%C3%A7%C3%A3o-de-Professores-2019.pdf#page=257>. Acesso em: 15/04/2020.

ROCHA, B. R. *et al.* Universitários autistas: considerações sobre a inclusão de pessoas com T.E.A nas IES e sobre a figura do docente nesse processo. **Revista Educação em Foco**. n. 9, p. 140-153, 2018. Disponível em: <http://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/09/014_UNIVERSIT%C3%81RIOS_AUTISTAS_CONSIDERA%C3%87%C3%95ES_SOBRE.pdf>. Acesso em: 16/04/2020.

SANTOS, A. P. S. Uma abordagem sobre a inclusão do autista no ensino superior. **Revista Gepesvida**. v. 5, n. 13, p. 72-81, 2019. Disponível em: <<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida/article/view/370>>. Acesso em: 12/03/2020.

SILVA, M.; MULICK, J. A. Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 29, n. 1, p. 116-131, 2009.

SILVA, S. C. *et al.* Perfil acadêmico dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Superior. **Revista Educação Especial**. Santa Maria, v. 32, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/37699>>. Acesso em: 09/06/2020.